

Relações de poder e regimes de segregação no Centro de São Paulo

Thauany Vernacci B. P. Freire
thauanyvbp@gmail.com

RESUMO:

Neste artigo avento o surgimento de um novo regime de segregação no Centro de São Paulo, onde as desigualdades sociais e residenciais adquiriram recortes específicos a partir de um processo que simultaneamente promoveu a chegada de novos moradores pertencentes à classe média e dos segmentos mais pobres da população. As características distintivas desta segregação aparecem no modo como os discursos e práticas das políticas públicas locais estão centrados na oferta de ambientes seguros e protegidos para determinados grupos de pessoas por meio do controle do fluxo e mobilidade de outros. Entendo que as disparidades sociais são produzidas no interior de uma mesma totalidade globalizada, logo constitutivas *da reprodução social capitalista*, não apenas como mera consequência, mas como uma das suas principais forças de conservação. As relações de poder, dominação e hierarquização social que constituem o cotidiano metropolitano de São Paulo são aqui abordadas como produto das contradições da lógica social capitalista, detendo um sentido específico no seu atual estado de crise.

Palavras-chave: capital fictício – crise do trabalho - cotidiano – segregação urbana

GT – 9: A produção do urbano: abordagens e métodos de análise

1 INTRODUÇÃO

No início dos anos 1990, projetos de renovação urbana do centro de São Paulo foram anunciados com o objetivo de alavancar o mercado imobiliário e o setor terciário local por meio da atração de novos moradores e frequentadores solváveis. No entanto, tais ideais de “gentrificação” não poderiam ser alcançados num contexto em que a inflação, o desemprego e a insegurança econômica limitavam a capacidade de consumo de grande parte da população, aumentava as desigualdades sociais e reduziam as classes médias a um pequeno grupo cujo medo do crime e o desejo de distinção social os predispôs antes ao autoenclausuramento em ‘condomínios fechados’ distanciados do que à vida pública característica do centro da cidade.

Na década seguinte, contudo, com a generalização do crédito imobiliário associado ao contexto nacional de estabilização econômica, foram criadas as condições necessárias para a dinamização da especulação imobiliária em muitas cidades do país, inclusive nas áreas centrais de São Paulo. O aumento da capacidade de consumo da população brasileira, por sua vez, também correspondeu às necessidades de expansão do mercado interno, alavancando o aquecimento dos mercados à escala de cada bairro da cidade e produzindo “novas centralidades urbanas” nas metrópoles brasileiras. É então neste contexto que o centro de São Paulo passa a concentrar novos pontos de consumo e lazer voltados a grupos da classe média, bem como uma nova produção de empreendimentos residenciais promovida pelo setor corporativo da incorporação.

Ao passo que uma “nova classe média” torna a morar no centro de São Paulo, uma outra grande parcela da população, persistentemente submetida às remunerações baixas e instáveis, segue sem capacidade de endividamento. Assim, a produção residencial realizada pela incorporação imobiliária, destinada principalmente a consumidores de média e alta renda, ocorreu simultaneamente ao aumento de moradias precárias em cômodos, cortiços e favelas ocupadas por populações de baixa renda.

O avizinhamo de grupos socialmente divididos, tem levado ao recrudescimento das tensões sociais e a um novo regime de segregação urbana, cujas fronteiras são traçadas pelos discursos e representações cotidianas sobre o crime e o medo no centro da cidade. A forma de ser da chamada gentrificação do centro de São Paulo é aquela da conformação de uma nova forma de segregação entre grupos de diferentes segmentos sociais, caracterizada pela metamorfose das

relações pré-existentes e pela emergência de relações conflituosas entre moradores de posições sociais. Esses conflitos parecem estar sendo administrados por meio da incorporação de novas estratégias e tecnologias privadas de auto-segregação e pela ampla legitimação do exercício de poder do Estado sobre determinados grupos da população presentes na região

As políticas de renovação do centro tem ganhado uma característica predominantemente securitária e policial, com estilo altamente performático, uma vez que a sua principal finalidade é a de demonstrar a capacidade de evitação e controle de indivíduos classificados como ‘suspeitos’ e ‘perigosos’. A segurança e a proteção têm sido vendidas como o “novo” atributo em oferta das áreas do centro antigo da cidade, nos projetos e planos de revitalização cada vez mais centrados em *garantir a segurança e combater o tráfico*, sistematizando determinadas práticas segregadoras, como a delimitação de polígonos cujo acesso é controlado pela GCM (Guarda Civil Metropolitana) com apoio da Polícia Militar, e a criação de novos comandos policiais, como a IOPE (Inspetoria Regional de Operações Especiais). À incorporação de dispositivos de segregação já amplamente difundidos desde o início dos anos 1990, baseados na edificação de condomínios fechados como modelo residencial hegemônico e no fortalecimento de esquemas de segurança privada (ver CALDEIRA, 2000), articulam-se novas práticas de controle e gestão da mobilidade dos indivíduos considerados “indesejados”, sobretudo por meio da instalação de uma rede de equipamentos e instituições de controle populacional.

No primeiro item deste artigo, analiso a expansão do mercado imobiliário brasileiro no contexto da globalização capitalista na sua atual fase de reprodução dominada pelo capital fictício. Em foco, está a análise das necessidades dos mercados financeiros conduzindo à produção de um novo grupo de moradores do centro, então favorecidos pela conjunção de políticas de inserção no mercado imobiliário formal e generalização do crédito pessoal com relativo controle do desemprego. À face contraditória desse fenômeno, chamamos a atenção, no segundo item, para a persistência das disparidades sociais no Brasil e ao modo como aparecem nas desiguais condições de moradia produzidas no centro de São Paulo. Abordamos estas disparidades como sendo mantidas nos limiares da inserção no mundo do trabalho, limites criados e recrudescidos pela dinâmica histórica da lógica capitalista, cuja reprodução depende da produção crescente de força de trabalho excedente, que alcança a qualidade específica de população supérflua e descartável no que concerne ao aproveitamento da exploração e produção de capital.

Por fim, apontamos possíveis opções metodológicas para que eu possa seguir investigando os efeitos territoriais dessa nova forma de hierarquização social produzida nas cidades brasileiras ao longo dos últimos 20 anos, considerando sua forma de territorialização particular nas áreas centrais de São Paulo, onde grupos socialmente diferentes se relacionam cotidianamente por meio de práticas e relações de segregação e poder.

2. CAPITAL FICTÍCIO, MERCADO IMOBILIÁRIO E A NOVA CLASSE MÉDIA

Os projetos de renovação urbana para o Centro de São Paulo começam a ser mais enfaticamente anunciados a partir dos anos 1990, quando é formada a Associação Viva o Centro (AVC) por empresários de vários setores – sobretudo o financeiro - correspondendo a interesses que já haviam sido colocados em pauta, alguns anos antes, pelas recomendações das instituições financeiras internacionais. É neste contexto que as agendas do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para a América Latina passam a destacar a importância da adoção de políticas locais direcionadas a *aumentar a produtividade urbana e a estabelecer relações positivas entre as cidades e a macroeconomia* por meio iniciativas de renovação de áreas com potencial de reversão que promoveriam a atração de usuários providos de dinheiro e a revalorização imobiliária (Daughters e Rojas, 1998 em Arantes, 2004: 67). Para Eduardo Rojas, então urbanista sênior do Banco Interamericano, o abandono e a deterioração das áreas centrais deveriam ser entendidos como uma grande oportunidade para o crescimento urbano (Daughters e Rojas, 1998 em Arantes, 2004: 67).

Essa nova dinâmica das reestruturações urbanas em espaços metropolitanos se inscreve num contexto maior de medidas que a partir dos 1970 vão sendo designadas pelo guarda-chuva ideológico do neoliberalismo, e que tem em vista a arregimentação da economia global em direção a um patamar superior de produtividade do capital de modo a superar o estágio fordista do desenvolvimento capitalista. Para tanto, a Terceira Revolução Industrial da microeletrônica se associa à progressiva financeirização da economia, uma vez que a necessidade de ampliação dos investimentos em tecnologias de produção (máquinas, insumos, técnicas organizativas de trabalho, cibernética, etc.) imprime uma velocidade ao processo de acumulação que deve ser acompanhada pelo aperfeiçoamento e ampliação das relações de crédito, de modo a permitir a antecipação da circulação real de mercadoria e, conseqüentemente, a equalização entre os

diferentes tempos de circulação das mercadorias (MARX, 1984). Assim, a alavancagem dos sistemas de adiantamentos de capital se tornam tão maiores quanto maiores são os padrões de produtividade do capital, exigindo assim a centralização de capitais em sociedades por ações como meio capaz de mobilizar processos produtivos cada vez mais amplos e intensivos.

O movimento de ampliação dos sistemas de crédito, por sua vez, aumenta a importância do capital portador de juros, cujo movimento característico assume uma *figura totalmente separada, distinta do movimento real de que ela é forma* (MARX, 1984). A circulação de crédito se torna um negócio à parte, no qual os proprietários de dinheiro donde provêm os juros frutificam seu "dinheiro que gera dinheiro". Enquanto os ganhos em juros estão assentados num processo real de valorização que funciona sobre as suas próprias bases, o capital financeiro é ainda elemento impulsor coadjuvante da produção de capital, no entanto, quando o dinheiro emprestado não é efetivamente empregado no consumo capitalista de trabalho para a produção de mais-valia (lucro), o capital que rende juros se descola cada vez mais do processo produtivo real, passando de coadjuvante a protagonista substituto do capital produtivo. Em grande escala, o capital que rende juros se autonomiza do processo real de valorização (produtivo) e se torna "capital fictício", ou seja, dinheiro tornado mercadoria com cotação em mercados especiais (financeiros).

A fuga de capitais para as chamadas "bolhas" financeiras depende da expectativa de realização dos ramos empresariais aos quais estão associadas, sendo o próprio futuro do capital efetivamente produtor de mercadorias sugado pelo capital fictício investido (ver Kurz, 2005). Para além das limitações internas mensuráveis de realização das mercadorias produzidas em cada ramo de produção, os circuitos de capital das "bolhas" são movidos antes por especulações acerca de um futuro imaginado, tendo por base certas condições reais que parametrizam certos cálculos de risco e ganhos. Transformando a relação entre a ficção e as condições concretas de realização das mercadorias, o capital fictício tem sua força de reprodução na fabulação constante de discursos e imagens a fim de mobilizar ininterruptamente a abertura de novos mercados, setores empresariais e ramos produtivos bem como a incorporação de setores e territórios já existentes, sob a forma de um conjunto de ativos financeiros desvalorizados, nos circuitos do capital fictício.

É na senda deste movimento expansivo do capital fictício que grandes projetos ligados à produção de *ambientes construídos* (HARVEY, 2009) aparecem como um campo de capitalização promissora. O especial interesse em áreas centrais degradadas vem do fato de que aí imóveis desvalorizados podem ser incorporados a baixo custo nos circuitos imobiliários do capital e ao mesmo apresentarem um alto potencial de “valorização”. Esse diferencial favorável, entre o preço real e o possível preço futuro das mercadorias imobiliárias, que as áreas centrais parecem oferecer dependeria assim não apenas da “desvalorização” do conjunto imobiliário da região, mas de contínuas demonstrações de que os projetos urbanos de renovação da área terão efeitos vantajosos para os agentes financeiros e imobiliários atuantes (ver SMITH, 1996). A credibilidade (*creditworthness*, no jargão dos mercados financeiros) dos projetos de reestruturação urbana, parametrizada por quadros de referência operantes nos mercados de capitais, depende da criação de um ambiente seguro de investimentos, ou seja, da projeção de que haverá uma demanda efetiva para o conjunto dos imóveis e negócios produzidos.

No início da década de 1990, não havia qualquer perspectiva de que haveria efetivamente uma demanda de consumidores solventes capaz de alavancar um novo mercado imobiliário formal nas áreas centrais da cidade de São Paulo. A crise econômica e a situação de desemprego no país rebaixava a capacidade de consumo e endividamento da maior parte da população brasileira, restringindo assim a possibilidade de financiamento imobiliário a um pequeno grupo social. Para que o mercado imobiliário privado fosse alavancado nas cidades brasileiras como um campo promissor para os investimentos do capital fictício circulante nos mercados globais, seria antes necessário contar com a maior estabilidade da economia e a redução do desemprego, bem como dispor de um conjunto de reformas na arquitetura financeira imobiliária que revertesse o cenário de altos índices de inadimplência e retração do financiamento imobiliário então colocado desde o colapso do BNH (Banco Nacional da Habitação). Deste modo, na esteira das políticas de ajuste que interconectavam diversos setores da economia brasileira aos mercados globais do capital financeiro, a instituição do novo Sistema Financeiro Imobiliário em 1997 e as reformas do Sistema Financeiro Habitacional a partir de 2003, foram expressamente empregadas para “dar segurança” aos agentes do mercado imobiliário privado de incorporação e construção. Medidas específicas vieram a oferecer garantias diante do alto risco implicado na fuga do capital fictício sem base produtiva real em direção às bolhas de investimento lastreadas nos ramos imobiliário e da construção civil, que obrigatoriamente vinculam de modo complexo os

promotores empresariais à dinâmica da renda da terra (e aos interesses dos proprietários) e a longos ciclos de produção: No âmbito do SFI, a criação do mecanismo de alienação fiduciária aumentou a rapidez com a qual o imóvel retorna às instituições financeiras em caso de inadimplência, e a normatização do ambiente financeiro de securitização dos recebíveis imobiliários garantiu a difusão dos riscos por meio da criação de mercados complementares de securitização das dívidas.

Num contexto de crescimento econômico a partir dos anos 2000, esse conjunto de medidas, somado ainda à diminuição das taxas de juros e a mudanças nos prazos e limites¹ estipulados nas contratações, estimularam as instituições financeiras a concederem crédito de modo a alavancar a adesão ao uso dos recursos do SBPE e FGTS para financiamento imobiliário, levando a um volume sem precedentes de transações imobiliárias. O “boom imobiliário” brasileiro foi marcado por números recordes de contratações no mercado de imóveis usados - com aumento de aproximadamente 10 vezes entre 2003 e 2008 - e pelo aumento continuado da construção de novas unidades, que deslanchou principalmente a partir de 2005 com a abertura dos capitais - IPOs (*initial public offering*) das construtoras e incorporadoras brasileiras ao mercado financeiro mundial.

Inicialmente, a atuação das incorporadoras se concentrou em áreas da periferia espraiada da RMSP (Região Metropolitana de São Paulo), onde os terrenos eram mais baratos e não apresentavam impedimentos legais para as negociações, diferente do que acontece com os terrenos das áreas centrais cuja propriedade está muito frequentemente envolvida em inventários, litígios familiares e/ou dívidas acumuladas. No entanto, o caráter expansivo da atuação das incorporadoras, impulsionado pelo crescente volume de capitalização, levou a lançamentos imobiliários em praticamente todos os bairros de São Paulo, abarcando os distritos do eixo expandido do Centro (Mooca, Cambuci, Bela Vista, Liberdade, Belém), e posteriormente, as áreas cada vez mais próximas do chamado Centro Histórico, como as da República e Santa

¹ Maior flexibilidade na definição dos valores de entrada com exigência de menor poupança prévia, ampliação da cota de financiamentos de imóveis usados, aumento dos prazos de financiamento para 30 anos, etc.

Cecília, que de 2017 até hoje figuram no ranking imobiliário da cidade de São Paulo como as que mais recebem novos lançamentos².

A grande demanda reprimida por unidades populares nas áreas centrais (voltada a segmentos de renda de 1 a 4 salários mínimos) também passou a atrair cada vez mais o interesse das incorporadoras. Assim, além dos lançamentos voltados a segmentos ditos de renda média inferior (mercado popular, no jargão da CAIXA), observou-se no período entre 2002 e 2008 o aumento das unidades de Habitação de Interesse Social produzidas pelo setor privado em áreas de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), principalmente no perímetro da ZEIS-3 da Luz. Em relação às empresas públicas de habitação (COHAB e CDHU) que apenas pontualmente construíram empreendimentos de habitação social nas áreas centrais, as incorporadoras possuíam grandes vantagens competitivas, como maiores recursos para compra e a possibilidade de uso de permutas, o que lhes permitiu melhor desempenho na negociação dos terrenos. Como resultado, a grande inflação deste ramo do mercado elevou os preços cobrados a valores muito acima do teto legal fixado para a faixa de renda atendida, restringindo ainda mais o acesso da população de mais baixa renda ao mercado imobiliário formalizado.

Nas áreas do centro expandido (Mooca, Cambuci, Belém) predominou a produção de unidades residenciais sob o modelo de grandes "condomínios fechados", que associou a disponibilidade de terrenos favoráveis à forma de tipologia residencial difundida como demanda de classe média a partir dos anos 1990. Nos bairros do centro antigo (Santa Cecília, Pari, Bom Retiro, Brás, Sé, República) foi sobremaneira o número de transações imobiliárias de locação que aumentou mais significativamente, bem como a compra de apartamentos usados de 1 ou 2 dormitórios e quitinetes no centro, sobretudo a título de investimentos com interesse em explorar a locação. Além da maior capacidade de endividamento de parte da população, uma série de políticas locais, implementadas através de programas de revitalização urbana, atraíram novos moradores para o centro de São Paulo, como a instalação de novos equipamentos públicos ligados principalmente ao setor cultural e educacional, a dinamização de variados circuitos de comércio

² Segundo estudos da Empresa Brasileira de Avaliações do Estado de São Paulo, entre 1998 e 2004, e a reportagem "Número de lançamento de imóveis no centro de São Paulo dobra em cinco anos" publicada na Folha de São Paulo em 25/11/2018 e disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2018/11/1984618-numero-de-lancamentos-no-centro-de-sao-paulo-dobra-em-cinco-anos.shtml>.

e serviços, o retorno de escritórios e órgãos públicos à região, e a uma série de outras dinâmicas locais que ampliaram a oferta de empregos e serviços na região.

É possível concluir, assim, que a situação econômica brasileira aliada às políticas de difusão do crédito imobiliário, viabilizaram a chegada de uma "nova classe média" no Centro de São Paulo ao longo dos anos 2000, alavancando o mercado imobiliário na região de modo a figurar como um possível território estratégico de reprodução do capital fictício internacional. Porém, se é possível falar de um "novo centro de São Paulo", nele predomina uma realidade complexa e contraditória e não os efeitos de um suposto êxito racionalizado dos novos negócios urbanos. Neste ponto, emana uma questão de método, que nos exige ultrapassar a análise restrita ao circuito setorial da economia política imobiliária e ir ao encontro do processo na sua densidade social crítica.

3. CRISE DO TRABALHO E NOVAS DISPARIDADES SOCIAIS

Os distritos localizados no centro expandido registraram nas duas últimas décadas uma inversão demográfica em relação ao “esvaziamento populacional” em curso durante a década de 1990 (Censos demográficos IBGE de 2000 e 2010 apud. NAKANO, 2017). A demanda por moradia a baixo custo no centro de São Paulo tem crescido significativamente com o particular aumento das ofertas locais de trabalho, sobretudo precarizados, informais e subempresariados. As condições de oferta das soluções precárias de moradia, por sua vez, têm sido criadas na conjunção do grande estoque de imóveis abandonados e instalações vazias possibilitando a formação de ocupações coordenadas por movimentos sociais de moradia, paralelamente à expansão de um dinâmico mercado de locações em pensões e casas de cômodos. Também um emaranhado de condições específicas, que estão de fora do alcance do texto, permite a sobrevivência da população em situação de rua nesses bairros do centro.

Desde o início do processo de urbanização-industrialização nacional, grande parte da classe trabalhadora, expropriada de seus meios autônomos de vida e submetida aos baixos salários dos empregos urbanos, esteve capturada tanto pelo mercado dos loteamentos periféricos quanto pelo mercado de pensões e cortiços situado em regiões centrais. A condição precária de reprodução e alojamento da classe trabalhadora brasileira, por sua vez, pode ser compreendida à luz do modo

específico pelo qual se processou a generalização do trabalho assalariado no Brasil, desde o início marcado pelas limitações da incorporação produtiva da força de trabalho nos circuitos da industrialização e, conseqüentemente, pela produção crescente de uma massa de trabalhadores não incorporados nos esquemas formais de trabalho. Segundo a leitura de Oliveira (2003), a expansão do sistema capitalista no Brasil, desencadeada pela industrialização de tipo “tardio”, ocorreu internalizando o nível médio de produtividade mundial ao território nacional, ou seja, *queimando as etapas* do desenvolvimento tecnológico das forças produtivas e, conseqüentemente, economizando trabalho vivo. Para o autor, isso teria aberto uma distância irrecuperável entre os salários (rendimentos do trabalho) e os juros (rendimentos do capital), impulsionando uma concentração de renda crescente e impedindo a incorporação produtiva de grande massa da população proletarizada lançada nas grandes cidades. Sem capacidade de repetir as “etapas” da industrialização já percorridas pelos países centrais, a absorção impossível da população nas ocupações produtivas marca a modernização na periferia do capitalismo porque a *população excedente*, produzida em território nacional, está desde logo sob a determinação dos níveis de automação industrial que progride em escala mundial.

Esse desenvolvimento tecnológico das forças produtivas mundiais, que determinou a forma particularmente crítica da constituição do proletariado urbano nas cidades brasileiras deve ser compreendido ao nível das abstrações que movem nosso processo histórico, haja vista que *o progresso da composição técnica do capital é a mais poderosa alavanca da acumulação capitalista* (MARX, 1984: 194). Trata-se de sucessivos estágios de produtividade que superam os anteriores, movidos pelo mecanismo cego da concorrência, dentro dos quais os capitalistas são levados a baratear suas ofertas por meio da redução, ao mínimo possível, do tempo de trabalho necessário para a produção de cada mercadoria de modo a aumentar o volume de sua produção. Isso equivale a dizer que à forma expansiva do desenvolvimento capitalista, através da qual suas próprias dimensões e o número de seus subordinados aumentam, inclui o ponto em que o incremento acelerado e exponencial da composição técnica dos capitais investidos produz o aumento progressivo da expulsão do trabalho vivo dos processos produtivos. Trata-se assim de um contínuo processo de produção de população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no que concerne às necessidades de aproveitamento por parte do capital. (Ibid.199).

É possível afirmar, de acordo com a tese do *exercito industrial de reserva*, que a dispensa de muitos trabalhadores do processo produtivo foi durante algum tempo funcional para a acumulação capitalista, pois elevou a concorrência entre classe trabalhadora de modo a manter baixos níveis salariais e altas taxas de exploração do trabalho pelo capital. No entanto, após a década de 1970, a revolução microeletrônica elevou a mecanização da produção a tal proporção que a possibilidade de contratação de novos trabalhadores em novos setores e ramos empresariais abertos nunca foi capaz de superar os níveis de dispensa estabelecidos. Se hoje há um exército de desempregados, este não está mais reservado à incorporação em futuras expansões da reprodução capitalista e tampouco funciona para pressionar a competitividade nos mercados de trabalho, se encontrando, antes, desfuncionalizado e supérfluo em relação ao aproveitamento empresarial capitalista. A superfluidade da força de trabalho escancara agora o sentido imanente e contraditório da industrialização-urbanização, que como binômio da modernização, se realiza na sua forma propriamente crítica de ser (ver DAMIANI, 2000).

Se durante as duas décadas passadas foi possível vislumbrarmos um possível ciclo de expansão econômica nacional, no interior do qual o crescimento de determinados setores empresariais (por exemplo, o da construção civil) e a criação de novos ramos (sobretudo ligados à economia terciária urbana) permitiram a incorporação de mais trabalhadores, foi também possível reconhecer que uma grande parte da população permaneceu sob regimes de contratação precária e baixos salários, atrelando suas condições de sobrevivência mais às políticas vigentes de assistência social e microcrédito do que das perspectivas de inserção em esquemas estáveis e bem remunerados de trabalho.

Por meio de entrevistas junto de pessoas moradoras de pensões e casas de cômodo do centro de São Paulo a quem foram oferecidas modalidades subsidiadas de crédito imobiliário, cheguei a algumas hipóteses que revelaram os limites das políticas de inserção imobiliária levadas adiante ao longo dos anos 2000. A visão de um futuro distante – tal como aparece nas condicionantes não só no prazo da dívida, mas na abrangência de um determinado modo de vida requerido para a aquisição de um “imóvel próprio”, aparece para algumas entrevistadas sob o imaginário do ingresso numa vida cotidiana assegurada, mais disciplinada e estabilizada. Por vezes, a compra do imóvel ritualiza a fundação de uma vida familiar consolidada, assentando as bases e motivações para a busca de um emprego estável e a conservação da reprodução familiar. A quem

as ofertas ainda aparecem, num primeiro momento, como sendo oportunas e pertinentes, torna necessário administrar suas condições de sobrevivência por meio dos rendimentos regulares, possíveis pela aposentadoria ou pelo vínculo com um emprego garantido a médio prazo, o que se associa a outras estratégias de ganho, incluindo trabalhos eventuais - *diárias, bicos, virações*- ou endividamento pessoal a permitir a compra de mercadorias que compõem o mínimo das necessidades urbanas contemporâneas (mobiliários e eletroeletrônicos, e por vezes, automóveis).

A capacidade de manutenção do “imóvel próprio” e de certo padrão de vida é avaliada sempre segundo um parâmetro temporal imediato de perspectivas, dado o medo e a espreita do desemprego ou da maior dificuldade de obtenção de renda. A referência de outros contratempores e oscilações vividos ao longo de suas trajetórias urbanas parece animar breves considerações sobre a incerteza acerca de seus futuros desempenhos no mundo do trabalho. As expectativas são por vezes entregues a Deus e ao projeto de adiantar-se no pagamento das prestações, seja para garantir a permissão de venda ou aluguel do imóvel, seja para evitar o risco de perda da casa conquistada. A exigência do comprometimento com o prazo da dívida e, logo, certa expectativa em relação a suas possibilidades futuras de realização no mundo do trabalho, se confrontam com os limites cada vez mais estreitos da inserção no mercado de trabalho, que se expressa no alto nível de concorrência em cada ramo, e com a contínua elevação dos preços imobiliários, inclusive no chamado *mercado irregular de locação*. O aluguel num cômodo ou pensão no centro de São Paulo é então uma dentre outras possíveis alternativas de moradia, sendo os albergues e a sobrevivência nas ruas o desfecho limite dessa flutuação incerta entre a ocupação e a desocupação em alguma atividade remunerada.

A generalização do acesso à moradia mediante o financiamento imobiliário não se realizou, portanto, senão reiterando os limites excludentes próprios ao nosso estado de crise da socialização pelo dinheiro. A dinamização imobiliária, coadunada aos projetos de renovação das áreas centrais da cidade, vêm, portanto, não apenas reforçando as hierarquias sociais estruturantes de nossa sociedade, como também têm produzido novos regimes de segregação social.

Há, portanto, a reprodução expansiva de novas periferias e territórios de pobreza, manifestando a tendência de que cada vez menos pessoas no mundo estão aptas a se socializarem exemplarmente conforme as codificações da vida cotidiana urbana monetarizada. O estado presente da nossa reprodução social está marcado pela concorrência cada vez mais acirrada dos mercados de trabalho e por uma cotidianidade regulada por conflitos, violências simbólicas e relações de poder, cujos efeitos atingem de modo particular diferentes grupos sociais e indivíduos, abrindo novas fissuras, hierarquias e esquemas de segregação na sociedade.

O modo como os divisores sociais tem se revelado sob os marcadores de gênero e de raça trazem a urgência de certas problematizações. Questiono assim aparente neutralidade da socialização pelo trabalho na sua forma particularmente capitalista de ser, possível dado o ocultamento das formas sociais de dominação que se desenrolam por trás das relações mediadas pelo dinheiro (escamoteando, por exemplo, as desigualdades socialmente produzidas de modo complexo em diferenciais de renda). O movimento teórico para a compreensão das formas atuais de reprodução das desigualdades sociais, hierarquias e relações de poder na cidade implica recuperarmos o sentido do processo histórico de imposição do trabalho abstrato que desde o início discriminou, considerou menos valioso e pretendeu dominar os grupos sociais considerados “outros”. Achille Mbembe (2014) decifra essa lógica propriamente racista de constituição da identidade europeia - e logo, do projeto de expansão capitalista - que *compreendeu a realidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho* (MBEMBE, Idem.: 11). No seio desse autocentramento fundador do programa civilizatório europeu, o projeto moderno imperialista se expandiu por meio de um sistema de atribuições primárias e redutoras que classificaram diferentes povos conforme suas próprias necessidades e desígnios, como objetos prontos de manipulação e dominação.

Nesse sentido, o entendimento do processo histórico de origem colonial de inferiorização e dominação dos povos não-brancos para o trabalho é imprescindível para entendermos a origem propriamente racista das disparidades sociais no Brasil. Atento, ainda, para a necessidade de compreendermos as práticas e formas de consciência contemporâneas pelas quais o racismo é

constantemente atualizado enquanto divisor social, de modo a manter determinados grupos nos limiares da exclusão e sob a gestão de instituições peculiares de controle.

Trata-se aqui de retornar à crítica da cotidianidade, tal como proposta por Henri Lefebvre, mas colocando em questão a lógica étnica e de gênero especificamente branca, ocidental e masculina (SCHOLZ, 1996) que a regula, reproduzindo divisores sociais associados a padrões de pensamento, moral, comportamento e modo de vida e estabelecendo modos específicos de perpetuar, simbólica e materialmente, as relações de violência e dominação que sustentam a nossa sociedade.

4. COTIDIANIDADE E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE DOMINAÇÃO

A imagem retórica da gentrificação flagrada por Smith (1996: 16) é a da *fronteira em expansão*, e quando exortada pelos governos estadunidenses no final da década de 1980 segue repetindo o mito da conquista do Oeste americano, que, por sua vez, repetia aquele da conquista colonial. Em todos estes contextos, a conotação da fronteira evoca um mesmo sentido, cujo ponto de partida aparece como sendo o do padrão de civilização ocidental, seguindo em direção àquilo que foi discriminado como o seu “outro”, a periferia a incorporar. O autor então defende a tese de que a expansão da economia capitalista no século XIX significou a própria expansão da arena geográfica na qual a economia capitalista operava, e que nos dias atuais o nexos entre o desenvolvimento econômico e geográfico persiste – imprimindo à imagem de fronteira sua atualidade – mas sob uma expressão distinta. A expansão econômica ocorreria hoje não por meio da *expansão geográfica absoluta*, como à época do Imperialismo assistido por Lênin, mas pela *rediferenciação interna do espaço geográfico* (SMITH, 2008).

Uma análise sumária do modelo de cidade prescrito nos planos de obras de requalificação do centro, por meio dos quais se pretende produzir localizações atraentes para investidores interessados em atrair novos moradores e frequentadores, pode nos levar a concluir o modo pelo qual projetam uma representação específica do espaço. As imagens e fabulações vistas no “Projeto Nova Luz”, no plano de obras de recuperação do Triângulo Histórico – entre as ruas Benjamin Constant, Boa Vista e Líbero Badaró -, nos esboços do Parque Augusta e do Parque Minhocão, como também nos desenhos da revitalização do Largo do Arouche e da Praça

Roosevelt, etc., podem apresentar variações quanto ao repertório estético ou partido urbanístico utilizados, mas estão invariavelmente assentados sob a ficção de um espaço onde a experiência da vida social se desenrola conforme os exemplares normativos da vida cotidiana capitalista, cuja identidade depende da adequada socialização dos indivíduos por intermédio do dinheiro.

Remeter à lógica colonial presente na origem impulsionadora da expansão da urbanização capitalista é pertinente uma vez que o projeto civilizatório da produção do espaço urbano é orientado, ao nível da sua abstração-concreta mais fundamental, para a submissão de todas as formas preexistentes de reprodução social aos regimes do trabalho abstrato produtor de mercadorias. O caráter despossuído da nossa existência – totalmente expropriada da terra e de meios autônomos de subsistência - continua assim sendo fundamental para que nos mantenhamos duplamente cativos dos ganhos adquiridos por meio da venda de nosso trabalho e dos circuitos de mercadoria para satisfazer nossas necessidades.

Contudo, como já dito, neste momento atual do capitalismo, a expansão das fronteiras do capital sobre o espaço é movida pela ficção dos capitais portadores de juros, se associando a um nível global de produtividade e desenvolvimento tecnológico que antes limita do que expande a inserção da população no mundo do trabalho. O sentido contemporâneo da dominação parece assim ter se alterado, apontando antes para uma forma de ser organizada sob a necessidade de gestão da população tornada supérflua do que pela incorporação de massas de trabalhadores aos regimes exemplares da *reprodução das relações sociais capitalistas*. Diante do modelo civilizatório que se pretendeu único e universal são antes as realidades que dele se *dissociam* que parecem se difundir.

Nesse sentido, para compreender as propriedades distintivas das formas de segregação urbana produzidas no interior da metrópole nessa fase atual do modo de produção capitalista parece significativo analisar como as transformações na vida urbana contemporânea recaem diferencialmente sobre diversos grupos da população. Isso implica uma opção metodológica de duplo alcance a fim de cotejar como os diferentes grupos sociais presentes no centro de São Paulo produzem e elaboram diferentes sentidos de pertença e inserção, quais suas demandas em relação ao bairro onde moram, como percebem as transformações na vizinhança e como qualificam as ações e políticas de renovação urbana e segurança pública em ato na região. Em

análise estão as diferenças marcantes entre as falas e a forma de cotidianidade de indivíduos de “classe média”, que ao longo das últimas duas décadas passaram a morar e/ou frequentar a região, e as falas e a cotidianidade de indivíduos mais pobres, moradores de pensões, cortiços e ocupações do centro antigo.

Parece de igual importância identificar e analisar as redes de dependências que vinculam os grupos divididos socialmente vivendo numa mesma área da cidade, de modo a compreender como a reprodução social se realiza cotidianamente através de relações hierárquicas em diferentes momentos da vida social - trabalho, lazer e consumo - conformando diferentes formas de se inserir no urbano bem como nas formas de experimentar os constrangimentos cotidianos. Produzidas no interior de uma mesma totalidade globalizada, as disparidades sociais são constitutivas *das relações sociais capitalistas*, sendo não apenas uma mera consequência, mas também uma das suas principais forças de conservação. Primeiramente, porque a cotidianidade urbana se organiza por uma trama de relações hierárquicas de poder que interconectam e criam redes de dependência entre diferentes grupos e segmentos sociais. Em segundo lugar, porque o vazio e a desagregação social experimentados na nossa cotidianidade em tempos de crise – vivida, por exemplo, como insegurança material e de pertença social – tem gerado formas reativas de assimilação de crise – ou ainda, uma forma específica de tentar reordenar o sentido da reprodução social através da discriminação de um “outro” e do fortalecimento de uma identidade de grupo como estratégia de garantia de posições sociais dominantes.

O modo como as ações públicas e privadas procuram dirigir a produção do espaço urbano segundo as demandas e orientações simbólico-ideológicas da população mais rica, reflete as mediações pelas quais o princípio de socialização pelo dinheiro estrutura as relações de poder na cidade. As reestruturações urbanas e o mercado imobiliário se imbricam, de modo complexo, às formas de vida às quais a classe média procura assegurar no interior da cidade, normalmente apartada e protegida dos grupos considerados ‘suspeitos’ e ‘perigosos’. Como reflexo, os regimes de segregação se atualizam e ganham novos contornos, procurando conservar a vida cotidiana assegurada de determinados grupos da classe média, e procurando controlar a mobilidade e fluxo daqueles que foram relegados ao infracotidiano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal intenção deste trabalho foi apontar possíveis percursos analíticos debruçados a compreender a nova configuração das relações de poder e segregação entre diferentes grupos sociais, então formadas durante as últimas décadas na sociedade brasileira e reproduzidas cotidianamente em diferentes territorialidades da cidade. Focada nas especificidades históricas deste atual momento da reprodução das metrópoles brasileiras, sugiro uma análise crítica e confrontadora da deflagrada tendência ao fortalecimento de dispositivos de gestão populacional e do controle das fronteiras divisoras do espaço social. Neste sentido, a análise dialética deve estar atenta às ambivalências e aos pontos de indeterminação produzidos no próprio curso contraditório do capital contra ele mesmo, abrindo possibilidades críticas e criadoras de embate diante da crise da sociedade capitalista na sua forma específica de ser.

4 REFERÊNCIAS

ARANHA, V. e TORRES, H. da G. (2014). Lançamentos imobiliários e dinâmica demográfica recentes no Município de São Paulo. *1ª Análise*. São Paulo, Seade, n. 15.

ARANTES, Pedro. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação, FAU-USP, 2004.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Relatório de Término do Projeto: Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo (PAC) Primeira Fase. Subsetor de Desenvolvimento Urbano e Habitação. São Paulo: BID, 2011. Disponível em: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=37191602>. São Paulo: BID, 2011.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: FAPESP (Estação Liberdade), 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Relatório de Término de Projeto. Programa de Ação nos Cortiços do Estado de São Paulo (PAC). Primeira Fase. Desenvolvimento urbano e Habitação. Junho 2011.

CAMMACK, Paul. What the World Bank means by poverty reduction and why it matters. *New Political Economy*, v. 9, n. 2, p. 189-211, 2004. <https://doi.org/10.1080/1356346042000218069>

DAMIANI, Amelia Luisa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.21-37, 2000.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. Edições Loyola. São Paulo: 2005

HARVEY, David. O Enigma do Capital e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

INSTITUTO PÓLIS. Controle social de políticas públicas: o financiamento do BID para a reabilitação do Centro de São Paulo. Relatório III. 30 nov. 2007.

KOHARA, L. Cortiços: o mercado habitacional de exploração da pobreza. Disponível em: <http://www.gaspargarcia.org.br/noticia/gaspar-garcia-na-m%C3%ADdia-corti%C3%A7os-o-mercado-habitacional-de-explora%C3%A7%C3%A3o-da-pobreza>

KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LEFÈBVRE, H. Espaço e Política. Trad. MM de Andrade e S Martins. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

LINCOLN INSTITUTE OF LAND POLICY. Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo. Relatório Final. Helena Menna Barreto Silva (coord.) e Leticia Moreira Sigolo.. São Paulo: novembro de 2007.

MARX, KARL. O Capital: Crítica da economia política. Livro Primeiro. (Tomo 1). São Paulo: Abril Cultural, 1983. 12

MARTINS, Flávia Elaine da Silva. A (re) produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Antígona: Lisboa. 2014.

NAKANO, Anderson Kazuo. Desigualdades habitacionais no “repovoamento” do centro expandido do município de São Paulo. Caderno Metrop. , São Paulo, v.20, n.14, pp.53-74, jan/abr 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista; O ornitorrinco. Boitempo Editorial: São Paulo, 2003.

ROYER, Luciana de Oliveira. Financeirização da Política Habitacional: limites e perspectivas. São Paulo, Annablume, 2014.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. Prefeitura inicia obras de requalificação do Vale do Anhangabaú. 10/06/2019. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-inicia-obras-de-requalificacao-do-vale-anhangabau>

SCHOLZ, Roswita. Cristovão Colombo Forever? Para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do “Colapso da modernização”. Tradução de Boaventura Antunes. Maio/ 2016. Disponível em : http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz24.htm



SCHOLZ, Roswita. A nova crítica social e o problema das diferenças : disparidades económicas, racismo e individualização pós-moderna. Lumir Nahodil e Boaventura Antunes. Sem data.

Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz3.htm

SCHOLZ, Roswita. O valor é o homem. Tradução portuguesa de José Marcos Macedo. São Paulo, NOVOS ESTUDOS – CEBRAP, n.º. 45 - julho de 1996, pp. 15-36. Disponível em:

<http://www.obeco-online.org/rst1.htm>